

português ou brasileiro? Um convite à pesquisa, Marcos Bagno

Língua(gem) & comunicação social, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa

Por uma linguística crítica, Kanavillil Rajagopalan

Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula, Stella Maris Bortoni-Ricardo

Sistema, mudança e linguagem, Dante Lucchese

O português são dois?, Rosa Virginia Mattos e Silva

Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro, Rosa Virginia Mattos e Silva

Linguística que nos faz falhar, Kanavillil Rajagopalan & Fábio Lopes da Silva [orgs.]

O signo ao discurso, Inês Lacerda Araújo

Ensaio de filosofia da linguística, José Borges Neto

Os cheguem na escola, e agora?, Stella Maris Bortoni-Ricardo

Doa-se lindos filhotes de poodle, Maria Marta Pereira Scherre

Geopolítica do inglês, Yves Lacoste [org.]

Gêneros, José Luiz Meurer, Adair Bonini & Césarée Motta-Roth [orgs.]

Tempo nos verbos do português, M^a Luiza M. S. Corôa

Considerações sobre a fala e a escrita, Darcília Simões

Princípios de linguística descritiva, Mário A. Perini

Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística, U. Weinreich, W. Labov & M. I. Herzog

Por uma linguística aplicada indisciplinar, Luiz Paulo da Moita Lopes

Gêneros do português brasileiro, Anthony Julius Naro & Maria Marta Pereira Scherre

Introdução à gramaticalização, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, M^a Célia Lima-Hernandes & Vânia Cristina Casseb-Galvão [orgs.]

Acento em português, Gabriel Antunes de Araújo [org.]

Sociolinguística quantitativa, Gregory R. Guy & Ana Maria Stahl Zilles

Metáfora, Tony Berber Sardinha

Forma culta brasileira, Carlos Alberto Faraco

Práticas sociolinguísticas, William Labov

Gêneros dos discursos, Dominique Maingueneau

Enunciados da enunciação, Dominique Maingueneau

Estudos de gramática descritiva, Mário A. Perini

Princípios da linguística histórica, Rosa Virginia Mattos e Silva

Práticas do discurso, Sírío Possenti

Questões para analistas do discurso, Sírío Possenti

Língua(gem) & diálogo, Carlos Alberto Faraco

Nomenclatura Gramatical Brasileira, Claudio Cezar Henriques

Língua na mídia, Sírío Possenti

Comportadas línguas, Sírío Possenti

Língua(gem). Gênero. Sexualidade, Ana Cristina Ostermann & Patrícia Fontana [orgs.]

Em busca de Ferdinand de Saussure, Michel Arrivé

Condição de "fórmula" em análise do discurso, Alice Krieg-Planque

Sociolinguística, Suzana Alice Marcelino Cardoso

Doze conceitos em análise do discurso, Dominique Maingueneau

Discurso pornográfico, Dominique Maingueneau

Andando ao pé da letra, Roxane Rojo

Língua pragmática, Kanavillil Rajagopalan

Idiotismo desmascarado, Jean-Paul Bronckart & Cristian Bota

Gênero textual, agência e tecnologia, Carolyn R. Miller

Linguística de texto: o que é e como se faz?, Luiz Antônio Marcuschi

48. *A gramática passada a limpo*, Maria Helena de Moura Neves
49. *O sujeito em peças de teatro (1833-1992)*, Maria Eugênia Lammoglia Duarte [org.]
50. *Português no século XXI*, Luiz Paulo da Moita Lopes [org.]
51. *Da linguística formal à linguística social*, Roberto Gomes Camacho
52. *Estudos do discurso*, Luciano Amaral Oliveira [org.]
53. *Gênero*, Anis B. Bawarshi & Mary Jo Reiff
54. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*, Valdir do Nascimento Flores
55. *Linguística aplicada na modernidade recente*, Luiz Paulo da Moita Lopes [org.]
56. *Gramáticas contemporâneas do português*, Maria Helena de Moura Neves & Vânia Cristina Casseb-Galvão
57. *Letramentos sociais, na etnografia e na educação*, Brian V. Street
58. *A ordem das palavras no português*, Erotilde Goreti Pezatti
59. *Frases sem texto*, Dominique Maingueneau
60. *Espanhol e português brasileiro*, Adrián Pablo Fanjul & Neide Maia González [orgs.]
61. *Sujeitos em ambientes virtuais*, Maria Cecília Mollica, Cynthia Patusco & Hadineí Ribeiro Batista [orgs.]
62. *Vološínov e a filosofia da linguagem*, Patrick Sériot
63. *A história das línguas*, Tore Janson
64. *Discurso e análise do discurso*, Dominique Maingueneau
65. *Sobre a fala dialogal*, Lev Jakubinskij
66. *Retórica da ação letrada*, Charles Bazerman
67. *Teoria da ação letrada*, Charles Bazerman
68. *Unidade e variação na língua portuguesa*, André C. Valente
69. *Linguística funcional*, Maria Angélica Furtado da Cunha, Mariângela R. de Oliveira & Mário Eduardo Martelotta [orgs.]
70. *O texto e seus conceitos*, Ronaldo de Oliveira Batista [org.]
71. *Gramáticas brasileiras*, Carlos Alberto Faraco & Francisco Eduardo Vieira [orgs.]
72. *Saussure, o texto e o discurso*, Marcio Alexandre Cruz, Carlos Piovezani & Pierre-Yves Testenoire [orgs.]
73. *O efeito Saussure*, Carlos Alberto Faraco [org.]
74. *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*, Marcos Bagno, Vânia Casseb-Galvão & Tânia F. Rezende [orgs.]
75. *Gêneros no contexto brasileiro*, Benedito Gomes Bezerra
76. *A pessoa no discurso*, Adrián Pablo Fanjul
77. *O todo da língua*, Vânia Casseb-Galvão & Maria Helena de Moura Neves [orgs.]
78. *Saussure e Benveniste no Brasil*, Valdir do Nascimento Flores
79. *Mikhail Bakhtin*, Alastair Renfrew
80. *A gramática tradicional – História crítica*, Francisco Eduardo Vieira
81. *Filologia, história e língua – Olhares sobre o português medieval*, Leonardo Lennertz Marcotullio; Célia Regina dos Santos Lopes; Mário Jorge da Motta Bastos & Thiago Laurentino de Oliveira
82. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*, Xoán Carlos Lagares
83. *Análise de discurso crítica – para linguistas e não linguistas*, José Ribamar Lopes Batista Jr.; Denise Tamaê Borges Sato & Iran Ferreira de Melo [orgs.]
84. *A linguística, o texto e o ensino da língua*, José Carlos Azeredo
85. *Língua portuguesa – Tradições e modernidade*, Tânia Maria N. de L. Camara; Denise S. Santos; Flávio de A. Barbosa & Alexandre do A. Ribeiro [orgs.]
86. *Objeto Língua – Inéditos e revisitados*, Marcos Bagno

POLÍTICAS DA NORMA E CONFLITOS LINGUÍSTICOS

Xoán Carlos Lagares
Marcos Bagno [orgs.]



XUNTA DE GALICIA

nueg

Núcleo de Estudos Galegos
Universidade Federal Fluminense

EDITORES:	Marcos Marcionilo
CAPA E PROJETO GRÁFICO:	Andréia Custódio
FOTO DA CAPA:	Marcos Bagno
CONSELHO EDITORIAL:	Ana Stahl Zilles [Unisinos] Angela Paiva Dionísio [UFPE] Carlos Alberto Faraco [UFPR] Egon de Oliveira Rangel [PUC-SP] Henrique Monteagudo [Universidade de Santiago de Compostela] José Ribamar Lopes Batista Jr. [UFPI/CTF/LPT] Kanavillil Rajagopalan [UNICAMP] Marcos Bagno [UnB] Maria Marta Pereira Scherre [UFES] Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP] Roberto Mulinacci [Universidade de Bolonha] Roxane Rojo [UNICAMP] Salma Tannus Muchail [PUC-SP] Sírio Possenti [UNICAMP] Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

P829

Políticas da norma e conflitos linguísticos / Xoán Lagares, Marcos Bagno (organização); [tradução Marcos Bagno]. - São Paulo : Parábola Editorial, 2011. 392 p.; 23 cm. - (Lingua[gem]; 47)

Ciclo de palestras realizadas ao longo de 2008 no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7934-039-0

1. Sociolinguística - Congressos. 2. Norma linguística - Congressos. 3. Linguagem e línguas - Variação. 4. Linguagem e línguas - Aspectos políticos - Congressos. 5. Mudanças linguísticas - Congressos. 6. Dialetologia - Congressos. I. Lagares, Xoán Carlos, 1971-. II. Bagno, Marcos, 1961-. III. Título.

11-5459.

CDD: 401.9
CDU: 81'42

Direitos reservados à

Parábola Editorial

Rua Dr. Mário Vicente, 394 – Ipiranga

04270-000 São Paulo, SP

pabx: [11] 5061-9262 | 5061-8075 | fax: [11] 2589-9263

home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-7934-039-0

1ª edição – 1ª reimpressão: abril de 2019

© do texto: Centro de Estudos Galegos, Universidade Federal Fluminense

© da edição: PARÁBOLA EDITORIAL, São Paulo, setembro de 2011.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
XOÁN CARLOS LAGARES	
VARIAÇÃO E NORMA LINGUÍSTICA: SUBSÍDIOS PARA UMA (RE)VISÃO.....	15
HENRIQUE MONTEAGUDO	
1. A variação linguística e a circularidade do processo de descrição/ prescrição.....	16
2. O axioma do relativismo sociolinguístico e o dilema estrutura/ação....	17
3. Os parâmetros da variação linguística	19
4. Variantes e variedades: objetividade, subjetividade, realidade intersubjetiva.....	24
5. Arquitetura do sistema. Gradação, multidimensionalidade, hierarquia.....	28
6. A variação diafásica ou sociofuncional: registro/estilo	29
7. Variação diastrática. Língua, discurso e atos de identidade	33
8. Socioestilo, padrão e nível	38
9. Norma objetiva e norma prescritiva	40
10. Do prescritivismo preconceituoso ao normativismo racional	42
Referências bibliográficas.....	46
IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E AS CONSEQUÊNCIAS DA PADRONIZAÇÃO	49
JAMES MILROY	
1. Introdução	49
2. A cultura da língua padrão: atitudes populares	57
3. A língua num universo não padronizado	64
4. A padronização e o linguista.....	70
5. Legitimando a língua.....	76
6. Observações finais	83
Referências bibliográficas.....	85
A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS DE "LATIM" E DE "ROMANCE"	89
THOMAS DANIEL FINBOW	
1. Introdução	89

realidade, ao mesmo tempo em que são por ela moldadas. Como esse debate sobre a norma tem adquirido uma considerável dimensão no Brasil, e sua relevância política não pode ser escamoteada, espero que tanto a apresentação de diferentes processos de construção linguística, quanto os esclarecedores capítulos dedicados especificamente ao debate normativo no país possam contribuir para a compreensão das polêmicas atuais sobre a língua portuguesa na sociedade brasileira.

Finalmente, não poderia deixar de expressar nestas palavras de apresentação alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha gratidão a meu colega Fernando Ozório, diretor do Núcleo de Estudos Galegos, pela parceria na organização do ciclo de palestras que serviu de ponto de partida para a elaboração deste livro, assim como pelo apoio econômico para sua publicação. Faço extensivo esse agradecimento aos professores e alunos do programa de pós-graduação e do Instituto de Letras, que com sua participação nos debates contribuíram de forma decisiva para tornar real nossa proposta. A publicação dos trabalhos tampouco seria possível sem o generoso apoio de Marcos Bagno, o autor que com mais rigor e determinação vem sustentando no Brasil a discussão sobre a norma linguística, que abriu nosso ciclo de palestras, que se engajou no processo de organização do livro e que fez também, a modo de epílogo, uma leitura crítica dele. Agradeço, enfim, a todos os autores que aceitaram participar deste projeto e desejo sinceramente que ele possa contribuir para um debate muito necessário no âmbito dos estudos da linguagem.

Com a convicção de que nesse debate a última palavra ainda não foi (e nem será) dita,

XOÁN CARLOS LAGARES
Núcleo de Estudos Galegos
Departamento de Letras Estrangeiras Modernas
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem
Universidade Federal Fluminense
xlagares@gmail.com

VARIAÇÃO E NORMA LINGUÍSTICA: SUBSÍDIOS PARA UMA (RE)VISÃO ■ ■ ■ ■

HENRIQUE MONTEAGUDO
Instituto da Língua Galega
(Universidade de Santiago de Compostela)

NO PRESENTE capítulo, oferecemos uma síntese panorâmica e uma revisão crítica, a partir da sociolinguística, de algumas noções básicas relativas à análise da variação linguística. A partir daí, oferecemos também uma aproximação preliminar para uma reformulação dos problemas relacionados com a prescrição e a norma linguísticas. Na sua versão original, mais extensa, este trabalho partia da observação e reflexão sobre a situação do idioma galego; na versão que agora apresentamos, enfocaremos os aspectos mais teóricos. Naquele trabalho, fazíamos um apelo para um diálogo da sociolinguística galega com a vigorosa sociolinguística brasileira; portanto, nos sentimos muito satisfeitos por apresentar este texto como uma contribuição para esse diálogo que julgamos imprescindível¹.

¹ Este capítulo constitui uma adaptação parcial de Monteagudo (2004), realizada por ocasião de um curso ministrado em Niterói, na Universidade Federal Fluminense. Agradeço a Xoán Lagares a oportunidade de revisá-lo e a ajuda na versão para o português, sem que disso se possa deduzir nenhuma responsabilidade dele em relação a meus erros idiomáticos ou a meus pontos de vista.

1. A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E A CIRCULARIDADE DO PROCESSO DE DESCRIÇÃO/PRESCRIÇÃO

Entre as novidades mais importantes que a sociolinguística veio contrapor à linguística estrutural se encontram estas duas:

- (a) as línguas constituem sistemas abertos, heterogêneos e dinâmicos, mais bem definíveis como sistemas de sistemas (polissistemas); rompe-se assim com a tradicional visão das línguas como entidades discretas e homogêneas, estruturas estáticas e fechadas;
- (b) as características de abertura, heterogeneidade e dinamismo dos sistemas linguísticos não constituem um obstáculo para seu funcionamento na comunicação, pelo contrário, respondem ao caráter internamente diversificado, perpetuamente mutável e externamente interconectado das comunidades de falantes. Berruto se questiona sobre as raízes profundas do fenômeno da variação linguística e aponta que ela é uma característica inerente que responde a duas necessidades inatas da espécie humana, a diferenciação e a identificação:

A variação linguística, com seus matizes que se acrescentam aos valores comunicativos referenciais do código língua, permite ao instrumento língua responder da maneira mais flexível e funcional às exigências cada vez mais diversificadas e complexas da vida, da estrutura e das relações sociais. Ao mesmo tempo, a variação linguística pode ser empregada, ao se atribuir a ela determinados valores simbólicos, como um importante meio e veículo de informação, afirmação e transmissão da identidade sociocultural e inclusive pessoal (Berruto 2004: 89).

Em outras palavras, a heterogeneidade interna dos sistemas linguísticos é funcional, a homogeneidade é que resultaria disfuncional (Lucchesi 2002: 66-67). Nesse sentido, após denunciar a natureza “mitológica” do suposto caráter discreto dos sistemas linguísticos, Robert LePage assinala que o que exige uma explicação não é o fenômeno da variação linguística, mas sim a formação do conceito de uma língua homogênea.

Consequentemente, ele propõe abandonar a noção estereotipada de língua (LePage 1989: 26; 1996: 30-31). LePage analisa a influência que as tradições gramaticais costumam ter no processo de construção de uma “língua”: parte-se da observação do discurso, continua-se pela cunhagem de estereótipos do tipo “língua X” a que são atribuídos determinados textos, e vai-se elaborando um modelo gramatical cada vez mais abstrato e focalizado da tal língua X, que, convenientemente difundido, imposto e reconhecido, informa certas práticas linguísticas que são apresentadas como referência exemplar. No processo, conforme a língua X vai sendo progressivamente nomeada, formalizada, padronizada, institucionalizada e totemizada, tanto o comportamento linguístico real quanto a percepção e a conceitualização dela vão experimentando sucessivos reajustes, de maneira que se avança desde um estágio inicial de extrema difusividade para uma focalização cada vez mais intensa. Eis aí em funcionamento o que o autor denomina “a lógica dos sistemas fechados”, em que se inscreve a circularidade do processo de descrição-prescrição gramatical (LePage, Tabouret-Keller 1985: 180-206).

2. O AXIOMA DO RELATIVISMO SOCIOLINGÜÍSTICO E O DILEMA ESTRUTURA/AÇÃO

Berruto assim define o que denomina “axioma do relativismo linguístico”, algo que afeta a própria noção de “língua”, assim como a de “dialeto”:

Por sua natureza, a sociolinguística está muito relacionada a um/a específico/a e particular país/sociedade/comunidade e às diferenças entre eles/as, de maneira que o conteúdo tanto de seus conceitos quanto de suas unidades fundamentais de análise é sensível às especificidades que a informam numa determinada situação sociocultural, de maneira que pode variar (mesmo muito) de sociedade para sociedade, de cultura para cultura, de tradição para tradição (Berruto 1995: 64).

Nesse âmbito, as análises costumam ser fortemente condicionadas pela própria realidade sociolinguística de cada sociedade, pela cultura

lingüística correspondente (Schiffman 1996) e pela tradição acadêmica de que parte cada estudioso. Portanto, todos os estudos sobre variação lingüística são contextualmente (isto é, culturalmente) dependentes, e o são num grau muito elevado. Por isso é preciso ter muito cuidado para não aplicar mecanicamente à situação específica de uma língua particular esquemas derivados da análise de outras situações dadas. O paradigma variacionista foi construído (do mesmo modo que os paradigmas “invariacionistas” que o precederam) a partir tanto do estudo de línguas normais, isto é, línguas plenamente desenvolvidas como idiomas de cultura e estabelecidas como oficiais em Estados (oficialmente) monolíngues, quanto do estudo dos locutores monolíngues dessas línguas (Milroy, Milroy 1997: 50-55). Em tais condições, precisamente, a distinção entre variação intersistêmica e variação intrassistêmica parece evidente; pelo contrário, numa situação de contato lingüístico está longe de ser evidente, pois ambas as variações se encontram estreitamente interligadas, a ponto de não haver maneira de distinguir nitidamente uma da outra.

Por outro lado, no estudo sociolingüístico da variação lingüística, se desenvolveram duas estratégias de pesquisa que respondem a ambas as perspectivas:

- (i) a variacionista ou correlacional;
- (ii) a interacional ou interpretativa.

A primeira contempla a questão do ponto de vista do observador externo que se situa no nível “macro” das estruturas sociais, ou seja, nas estruturas sociolingüísticas que condicionam o comportamento dos falantes; portanto, suas noções centrais são do tipo de “comunidade lingüística”, “língua” ou “variedade”. A segunda se coloca na perspectiva dos agentes em contextos reais de atuação (nível “micro”) e do sentido que eles dão às ações (suas e dos outros “atores”), quer dizer, dos falantes que, em suas interações, manejam determinado repertório lingüístico; por isso suas noções centrais são do tipo “discurso”, “texto” ou “variante”.

É sabido que, sob a divergência entre essas duas orientações (que podemos designar como língua vs. discurso), latejam problemas de grande alcance na teoria sociológica (o dilema “ponto de vista da estrutura” / “dos agentes”; a dicotomia “nível da análise macro” / “micro”), que, por razões óbvias, não aspiramos a desenvolver aqui. Em nossa opinião, no fundo, ambos os enfoques são complementares, mas, sem perdermos de vista a segunda perspectiva, a primeira será a privilegiada aqui, no convencimento de ser ela a fundamental. Esperamos que ao longo das linhas que seguem os argumentos em que se fundamenta nossa convicção fiquem mais claros.

3. OS PARÂMETROS DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

O fenômeno da variação manifesta-se na existência de *variáveis*, isto é, de unidades de qualquer plano do sistema gramatical (fônico, morfológico, sintático...) que apresentem realizações diferentes. Cada uma dessas possíveis realizações representa uma *variante*. Por conseguinte, uma variante é um elemento lingüístico que se encontra em concorrência com outro ou outros, representando cada um deles realizações alternativas de uma mesma unidade; o conjunto das variantes constitui tal unidade (a variável). Existem variantes analisáveis em termos gramaticais, como, por exemplo, as realizações de um fonema condicionadas pelo contexto fonético. No entanto, no caso de outras variantes, a aparição de uma ou outra não depende de (ou não se correlaciona com) fatores lingüísticos estruturais, mas com fatores sociais ou funcionais, como pode ser a identidade do falante ou a situação de uso da língua ou o tipo de texto em que aparece. As do segundo tipo são as *variantes sociolingüísticas*. Com as variáveis sociolingüísticas se relaciona a noção de *variedade*, que podemos definir como um (sub)sistema congruente de variantes, com uma distribuição análoga em determinado parâmetro².

² Do ponto de vista sociolingüístico, Hudson define a variedade como “conjunto de elementos lingüísticos com uma distribuição social similar” (Hudson 1996: 22). Teríamos de alargar muito o alcance do “social” para que esta definição fosse suficientemente abrangente. Muitos

É sabido que a linguística estrutural funcional, pelo menos alguns de seus representantes mais qualificados, contribuiu para a análise da variação sociolinguística intrassistêmica. Assim, seguindo a conhecida proposta de Coseriu (1981a: 302-7; 1981b: 1-3; 12-17), devemos distinguir variantes/variedades diacrônicas e sincrônicas. O critério para identificar as primeiras é de tipo cronológico: trata-se das distribuídas ao longo do eixo temporal. Quanto às segundas, sobre as quais nos debruçaremos aqui, Coseriu distingue os seguintes eixos ou parâmetros de variação:

- (a) o eixo espacial, geográfico ou territorial: variantes e variedades diatópicas;
- (b) o eixo social ou de camada sociocultural: variantes e variedades diastráticas;
- (c) o eixo da modalidade expressiva: variantes e variedades diafásicas.

As variedades correspondentes a estes três parâmetros são denominadas por Coseriu, segundo uma terminologia bastante corrente:

- (a) dialetos;
- (b) níveis;
- (c) estilos ou registros.

Coseriu adverte que cada um dos subsistemas linguísticos delimitados segundo esses critérios só é homogêneo de um ponto de vista: em cada dialeto podem se comprovar diferenças diastráticas e diafásicas (e, portanto, níveis e estilos de língua); em cada nível, diferenças diatópicas e estilísticas; em cada estilo, diferenças diatópicas e diastráticas. Por outro

autores empregam o termo *leto* como sinônimo de “variedade”, e outros utilizam, de modo mais ou menos sistemático, *dialeto* como sinônimo de ambas as designações. Porém, o termo “variedade” abrange um espectro semântico consideravelmente mais amplo do que “leto”: o primeiro pode ser coextensivo a “língua”, mas pode referir-se a um falar local e mesmo a um trecho de fala, enquanto o segundo se aplica fundamentalmente às variedades de que falaremos no presente capítulo, isto é, (sub)sistemas linguísticos que ocupam uma posição intermediária entre as línguas e os falares individuais (os idioletos). Por outra parte, “dialeto” apresenta o problema da ambiguidade. Por isso é preferível limitar seu uso às variedades diatópicas.

lado, os limites entre os níveis e os estilos de língua podem ser diversos nos diferentes dialetos; e os limites entre os estilos também podem ser diversos nos diferentes níveis. A caracterização das variedades identificáveis nas diferentes dimensões assinaladas em cada plano da língua (fônico, morfológico, sintático), o estudo das relações mútuas entre elas e a análise da posição relativa que ocupam no sistema linguístico permitem desenhar o que se denominou a *arquitetura* de uma língua histórica, isto é, a configuração sociocultural ou articulação interna do correspondente diassistema³ (Coseriu 1981b: 21-22; Berruto 2004: 91). Quanto ao eixo espacial, Coseriu assinala que as diferenças diatópicas são evidentes em muitos idiomas no nível da “língua popular” e que também existem no nível da “língua comum” no plano regional (variedades regionais) e nas línguas de grande difusão no nível da “língua comum e literária” no plano internacional (variedades nacionais, próprias de países politicamente independentes e culturalmente autônomos). No tocante às diferenças entre as camadas socioculturais da comunidade linguística, o autor adverte que se refere às que não coincidem com as diferenças diatópicas (as que existem entre “língua comum” e os “dialetos”): assim, por exemplo, o “italiano popular” seria catalogado como modalidade diastrática do “italiano comum”. Finalmente, no tocante às diferenças quanto à modalidade expressiva, Coseriu se refere explicitamente às que opõem a língua falada e a língua escrita, o modo de falar familiar frente ao público (ou o solene), a linguagem corrente e a burocrática, ou os diferentes gêneros literários. Também considera dentro desse eixo de variação as diferenças que caracterizam diferentes grupos biológicos (homens/mulheres, crianças/jovens/...) no interior da mesma camada sociocultural.

Por ser amplamente reconhecida, essa proposta pode servir-nos de limiar e de fio condutor para a reflexão que nos ocupa. Contudo, a partir daí apontamos algumas matizações e observações críticas de caráter

³ Preferimos usar o termo “polissistema” em lugar de “diassistema”, por razões que explicamos em Monteagudo (1997). Porém, neste texto, conforme propõe Coseriu manteremos a forma “diassistema”.

geral. Em primeiro lugar, se há de lembrar que nas situações de contato linguístico é imprescindível levar em conta que a variação intrassistêmica é inseparável da variação intersistêmica (que poderíamos denominar *diaglóssica*), resultante das influências recíprocas e da mútua interpenetração entre as línguas em contato. Em consequência disso, podemos falar de variantes e variedades interletais (interletos). Em segundo lugar, a sociolinguística questiona radicalmente a dicotomia diacronia/sincronia, pois o estudo da variação permite contemplar o fenômeno da mudança linguística como um processo, não como um resultado, tal como o contempla a linguística histórica tradicional. De qualquer modo, não vamos desenvolver aqui esta última observação.

Pelo contrário, interessa-nos problematizar a distinção entre a variação diatópica e a diastrática, na linha da tradição linguística anglófona, que trata conjuntamente ambos os fenômenos sob o rótulo de “dialeto” (lembremos de novo o axioma do relativismo linguístico). Assim, Halliday (1978: 35), na sua proposta de classificação da variação linguística, define conjuntamente a variação sociodialetal e a opõe à sociofuncional, contrapondo a variação que depende do usuário (sociodialetal) à que depende do uso (sociofuncional), e indicando que a primeira expressa diversidade da estrutura social (estratificação vertical), enquanto a segunda responde à diversidade de processos sociais (divisão social do trabalho).

Trudgill, especialista britânico na disciplina que ele mesmo denomina *geolinguística* (disciplina que pretende aliar a dialetologia tradicional à sociolinguística), também não distingue entre o que costumamos denominar dialetos (geográficos) e socioletos. Como ele mesmo assinala, uma razão disso pode ser que a variação regional (geográfica) costuma ser muito mais marcada entre os falantes das classes populares e de baixo nível educativo do que entre os de classes médias e altas “educadas” (Trudgill 1974: 41; 1983: 186-88). Quanto mais se desce na escala social, maiores são as diferenças fônicas, gramaticais e léxicas entre as variedades territoriais e com relação à variedade comum: o maior nível de variação regional se encontra nos dialetos rurais, particularmente os falados

pelos pessoas mais velhas com baixo grau de escolaridade. O autor enfatiza a natureza contínua (não discreta) da variação linguística, aspecto de que nos ocuparemos em seguida:

Resulta ainda menos adequado falar de dialetos sociais discretos do que de dialetos regionais discretos, dado que as variedades se fundem uma na outra, e as diferenças entre elas se baseiam na frequência de ocorrência de variantes particulares mais que na presença ou ausência destas (Trudgill 1983: 187).

Por outro lado, os dialetos territoriais se definem por um leque mais amplo de variáveis (quanto ao número e quanto aos níveis de língua correspondidos) do que os socioletos.

Concordamos com Halliday, Trudgill e a escola britânica na consideração de um eixo fundamental de variação sociodialetal; não obstante, nos parece útil distinguir posteriormente um parâmetro de variação diatópica e outro de variação diastrática.

A propósito, discordamos de Coseriu quando ele classifica no eixo diafásico a variação relacionada com o gênero (homem/mulher) e os grupos etários (infância/juventude/maturidade/velhice). Essas variáveis respondem a categorias sociais, não, como afirma ele, biológicas: é evidente que os grupos de gênero ou idade, mesmo que tenham uma óbvia base biológica, constituem construtos socioculturais. Pelo contrário, julgamos que os denominados tecnoletos, “linguagens de especialidade” (ou “variedades especializadas”, como preferimos denominá-las, e onde incluímos as gírias e os jargões) são variedades diafásicas e não, como quer Coseriu, diastráticas, pois seu uso depende de fatores contextuais.

Outro reparo à proposta de Coseriu tem a ver com a consideração das “variedades nacionais” das línguas de difusão ampla: nesse caso, a variação tem uma óbvia dimensão territorial, mas em geral diz respeito ao plano normativo (mesmo à escrita), de modo que nos parece conveniente reconhecer mais um parâmetro de variação diatópica, que corresponderia à norma. Assim, poderíamos falar de variantes e variedades *dianômicas*

como um tipo particular de variedades diatópicas. As variedades dianômicas seriam os “nomoletos”, como os distintos “centros” das línguas pluricêntricas. Finalmente, seguindo o critério de vários estudiosos, dentro do eixo diafásico (ou em íntima relação com ele), julgamos conveniente distinguir um nível de variação *diamésica*, definida segundo o meio ou canal de comunicação, que oporia a língua falada e a língua escrita (para a noção, cf. Berruto 2004: 99-100; estudam a questão mais a fundo, entre outros, Biber 1988; Halliday 1990; Leckie-Tarry 1995: 52-71).

Em resumo, podemos considerar a variação sociolinguística estruturada nas seguintes categorias básicas:

1. INTRASSISTÊMICA

1.1. Usuário: sociodialeto

1.1.1. Diatópica (território)

1.1.1.1. Nomoletal: nomoleto

1.1.1.2. Dialetal: dialeto

1.1.2. Diastrática (sociedade): socioleto

1.2. Uso: registro (comunicativo-funcional)

1.2.1. Diafásica

1.2.1.1. Especializada: tecnoleto

1.2.1.2. Formalidade: estilo

1.2.2. Diamésica (meio): modalidade

2. INTERSISTÊMICA OU DIAGLÓSSICA: INTERLETO

4. VARIANTES E VARIEDADES: OBJETIVIDADE, SUBJETIVIDADE, REALIDADE INTERSUBJETIVA

Um problema fundamental que o estudo das variedades linguísticas apresenta, análogo ao que ocorre com as línguas, é o de sua realidade objetiva. Hudson, coerente com sua posição sobre a impossibilidade de definir as línguas em termos estritamente estruturais (assim como seus correlatos, as “comunidades linguísticas”), considera que “é impossível delimitar as variedades e, portanto, temos que concluir que as variedades

não existem” (Hudson 1996: 39). Para o autor, umas e outras entidades existem somente na medida em que as pessoas são conscientes delas, de maneira que sua realidade é puramente subjetiva. As únicas que teriam existência objetiva seriam as “variantes”, unidades mínimas marcadas com respeito a um dos eixos de variação (ou simultaneamente a respeito de vários deles), e o que ocorreria realmente é que, no discurso, o/a falante, dependendo de sua competência, da situação em que se encontra e de suas intenções comunicativas, escolheria variantes de um e outro tipo e as combinaria (nem sempre de modo consistente, e em função, entre outros fatores, de sua destreza) com o olhar posto no efeito de comunicação visado.

Hudson se coloca aqui na perspectiva interacionista com todas as suas consequências, seguindo a teoria dos atos linguísticos como “atos de identidade”, formulada por LePage/Tabouret-Keller, segundo a qual o locutor recorre a “regras sociais complexas para alternar e combinar elementos procedentes de vários códigos de um repertório partilhado”, de maneira que “cria por si mesmo os modelos de seu comportamento linguístico com o objetivo de se aproximar dos modelos do grupo ou grupos com que, em cada ocasião, deseja ser identificado, e/ou para se distanciar daqueles outros de que deseja ser diferenciado” (LePage; Tabouret-Keller 1985: 180.181). Hudson tem razão ao constatar a dificuldade de definição das variedades em termos objetivos, mas chega a uma conclusão excessivamente radical, que se pode objetar partindo de duas perspectivas: a ingênua (pré-teórica) dos falantes e a científica da sociolinguística.

Quanto à primeira, será oportuno invocar o célebre “teorema de Thomas”, segundo o qual, no âmbito dos fenômenos sociais, se os indivíduos definem algo como real, esse algo é real em suas consequências, do que se segue que, em termos práticos, importa menos que uma coisa seja certa do que nós a definirmos como tal. Se os indivíduos etiquetam as produções linguísticas em termos de línguas e de variedades, e se essas distinções estão firmemente ancoradas em sua consciência metalinguística, enquanto incorporadas às tradições culturais da comunidade (isto é,

institucionalizadas na respectiva cultura linguística), na prática é como se essas entidades existissem, e a análise da realidade linguística não pode desconhecê-las. É certo que a existência dessas distinções é resultado de estereotipações (e, portanto, de processos de categorização em que critérios escassamente objetivos se aplicam de modo escassamente coerente), mas isso não torna menos reais os efeitos de sua aplicação pelos falantes na hora de catalogar as práticas linguísticas alheias e seus produtos (os textos), e de modular as próprias.

Além disso, e mais importante ainda, as variedades se encontram definidas socialmente por um número limitado de traços (fônicos, morfosintáticos e léxicos) aos quais os falantes outorgam maior saliência e que, portanto, têm caráter de sinalizadores do discurso. Tais sinalizadores têm um papel muito importante na interação, pois são empregados como sintomas da identidade social do falante e do nível de formalidade da situação — portanto, das intenções comunicativas correspondentes —, suscitando dessa forma determinado tipo de reações do interlocutor — por sinal, gerando expectativas quanto ao curso previsível da interação.

Quanto a isso, devemos levar em conta que a relação entre as variáveis linguísticas e as extralinguísticas é de natureza probabilística (mais/menos), e não — ou raramente — de natureza categórica (presença/ausência). Assim, Berruto (1995: 152-158) propõe conceber as variedades como constituídas ao redor de focos onde se concentram feixes de traços prototípicos, focos que marcariam o centro das categorias. Além disso, as principais variedades linguísticas coincidiriam com agrupamentos significativos e congruentes (“adensamentos”) de traços em pontos determinados do *continuum* linguístico. No mesmo sentido, Ferguson assinala: “Quanto mais articulados se acham os sistemas, tanto mais nítidas são as fronteiras; e quanto mais são eles percebidos pelos participantes como entidades separadas, tanto mais útil é analisá-los como variedades linguísticas” (1994: 23).

LePage se refere a esse mesmo processo dinâmico e dialético (do plano objetivo ao intersubjetivo e vice-versa) de definição dos sistemas

quando emprega o termo “focalização”, e já indicamos previamente em que consiste a contribuição dos gramáticos nesse terreno: ao destacarem alguns traços como “típicos” de uma língua, ajudam decisivamente a defini-la, balizando as fronteiras entre tal língua e outras com as quais ela está geneticamente aparentada ou se acha em contato.

Por conseguinte, as dificuldades oferecidas pela definição “científica” das línguas e das variedades (dos “polissistemas” e dos “subsistemas” linguísticos) não as tornam seres fictícios: na prática, as pessoas distinguem variedades (como também distinguem línguas) e atuam em consonância com essas distinções, de maneira que essas entidades funcionam nos seus cérebros e condicionam sua visão da realidade e seu desempenho linguístico. Porém, algo de crucial importância para evitar confusões é deixar claro que uma coisa é situar-se no plano “intersubjetivo” dos falantes, outra, no plano “objetivo” dos (socio)linguistas. No plano intersubjetivo, devemos falar em termos dos traços estereotipadores e das avaliações socioculturais que os falantes ativam no curso das interações linguísticas com a finalidade de modular a produção linguística própria e de interpretar a de seus interlocutores. No plano objetivo, devemos falar das variáveis que identificamos mediante a análise pormenorizada e sistemática dos produtos linguísticos, e da correlação entre as ditas variáveis e os parâmetros sociais correspondentes.

Portanto, concordamos com Berruto quando ele justifica a noção de variedade, já que

O reconhecimento e a identificação de variedades, como feixes de variantes nos diferentes níveis da análise que se correlacionam com fatores sociais, é um achado fundamental da sociolinguística e, além disso, representa um momento irrenunciável do necessário processo de abstração que a teoria e a análise científica devem realizar ante a ilimitada variabilidade e caoticidade do real (2004: 98)⁴.

⁴ No mesmo sentido, deve-se levar em consideração as reservas (que partilhamos) desse autor à sociolinguística interacional, na qual percebe o perigo de “transformar a análise numa reprodução fractal do real” (Berruto 1995: 46-50).

5. ARQUITETURA DO SISTEMA. GRADAÇÃO, MULTIDIMENSIONALIDADE, HIERARQUIA

Podemos conceber a língua como um sistema poliletal; ora, problema diferente é acertar como se articulam socialmente essas variedades na configuração da arquitetura de tal sistema. Tem-se apresentado uma concepção da língua como um *continuum* linear e unidimensional de letos ordenados numa escala implicacional. Essa era a imagem inicialmente proposta por alguns crioulistas, uma visão justamente criticada por LePage e Tabouret-Keller (1985: 180-186), pois só parcialmente dá conta do fenômeno da variação. Frente a essa visão, esses autores defendem um modelo oposto das línguas como espaços multidimensionais e repertórios abertos, nos quais os falantes, ao produzirem um texto e em função de sua concorrência, do contexto, da audiência e de suas intenções comunicativas e expressivas, escolhem variantes marcadas por determinada conotação socioestilística. A característica de multidimensionalidade remete ao cruzamento inextricável e à combinação transversal de vários eixos de variação, a seu caráter “holográfico”, de maneira que cada variante pode se encontrar posicionada simultaneamente em relação a várias dimensões. Berruto esclarece:

As três dimensões de variação não atuam isoladamente, mas interagem e interferem de vários modos. Em primeiro lugar, uma produção linguística concreta de um falante qualquer terá sempre uma colocação simultânea no tocante aos três eixos: diatópico, diastrático e diafásico. Em segundo, traços linguísticos originária e primariamente marcados como diatópicos podem assumir valor (mais ainda) marcado diastraticamente, e traços originalmente marcados como diastráticos podem assumir valor diatópicamente marcado, de modo que as marcações diatópica, diastrática e diafásica se apresentam inextricavelmente copresentes (Berruto 1995: 149-150).

Ideia semelhante é expressa por LePage quando assinala que “os dialetos e registros se solapam consideravelmente: o dialeto de uma pessoa é um registro para outra” (1996: 47).

As variedades, ou letos, costumam ser definidas por um número relativamente reduzido de variáveis. Por conseguinte, não devemos conceber

cada variedade como um sistema acabado, tipificado por um completo leque de traços que o caracterizam de cima a baixo, em todos e cada um dos planos da língua (do fônico e morfológico ao semântico e ao pragmático); uma variedade é um subsistema, isto é, constitui um agrupamento de variantes congruente, mas incompleto; não é um microssistema, ou seja, não consiste numa versão reduzida de uma língua. A variação linguística apresenta uma categoria, amplitude e configuração diferentes conforme o parâmetro em que nos movimentemos (diatópico, diastrático, diafásico...), no sentido de que o tipo e quantidade de traços caracterizadores não são equivalentes para todos e cada um dos letos identificáveis em todos e cada um dos parâmetros: certos letos podem ser caracterizados por um número elevado de variáveis, outros por um número reduzido; além disso, essas variáveis podem pertencer, segundo os casos, ao plano fônico, morfológico, sintático, léxico, semântico, ou pragmático, sozinhos ou em qualquer tipo de combinação.

Coseriu sustenta que os dialetos geográficos costumam ser mais completos do ponto de vista linguístico (isto é, encontram-se mais bem caracterizados nos diferentes planos da língua), de modo que as variedades sociais e contextuais se acham caracterizadas de um modo muito mais parcial (em termos coserianos, são formas só parcialmente divergentes da língua comum):

O dialetal caracteriza integralmente um modo de falar, enquanto os fatos caracterizadores dos níveis e estilos de língua tangem geralmente apenas a aspectos parciais (mesmo que, às vezes, de validade intrínseca muito ampla) (Coseriu 1981b: 16).

6. A VARIAÇÃO DIAFÁSICA OU SOCIOFUNCIONAL: REGISTRO/ESTILO

Chegamos ao momento de abordar um dos parâmetros da variação linguística — a diafásica —, que nos permite definir os registros ou estilos. Em suas pesquisas sociolinguísticas, Labov (1983: 105-153) empregou o

termo “estilo (contextual)” num sentido restrito, como pauta regular de variação na produção oral (em particular, na pronúncia) que depende da atenção que o locutor presta às formas linguísticas que emprega na fala, uma atenção que varia em função da situação comunicativa. Temos aí, portanto, uma primeira acepção específica do termo “estilo”.

Obviamente, todos os locutores modulam sua fala em função do contexto de comunicação, de maneira que todos possuem um leque de estilos; de fato, a destreza para adaptar a fala ao contexto constitui um componente básico da competência comunicativa⁵. Porém, os falantes não são “autômatos” limitados a aplicar roteiros de conduta linguística preestabelecida às situações comunicativas em que se veem envolvidos. Os falantes e o texto não são engrenagens passivas dum mecanismo sociofuncional: os falantes podem participar de forma ativa da definição da situação comunicativa, empregando como recurso precisamente seu discurso (isto é, o uso da língua). Por outro lado, o que um falante pode categorizar como “estilo monitorado” pode ser catalogado por outro como “estilo espontâneo”.

No entanto, a variação estilística não só pode ser contemplada da perspectiva do falante num nível “micro”, mas também da perspectiva social, do nível “macro”. Desta última, podemos constatar que, mesmo que todos os falantes possuam um leque de estilos, ele não coincide necessariamente com o repertório de estilos socialmente reconhecidos (Ure 1982: 6). Mais ainda, nem todos os falantes dominam o repertório de registros socialmente reconhecidos: quase qualquer falante é capaz de improvisar um discurso mais ou menos monitorado em estilo formal ante uma audiência razoavelmente ampla, mas poucos são capazes de desenvolver uma dissertação solene ante um auditório amplo e desconhecido. Portanto, todos os falantes dispõem de uma competência parcial em vários registros, e todos são capazes de se adaptar às situações em que se veem envolvidos; mas com mais ou menos destreza ou acerto segundo o

⁵ Concordamos, pois, neste ponto, com a posição de Dubert: “Todo falante normal deve, ao menos, saber produzir textos numa série de estilos mais ou menos formais” (2002: 18). Porém, a seguir, matizaremos o alcance desta afirmação.

falante e o registro. Além disso, podemos reconhecer uma segunda acepção do termo “estilo”, para nos referir a cada uma das variedades socialmente reconhecidas:

A escala de registros linguísticos compreende o leque de situações sociais reconhecidas e controladas pelos seus falantes, situações para as quais existem modelos apropriados. Cada comunidade linguística possui seu próprio sistema de registros, que corresponde ao repertório de atividades em que seus membros participam de modo habitual (Ure 1982: 1).

As dimensões da variação contextual ou diafásica são bastante complexas, pois, como diz Hudson, “diferentes elementos linguísticos são sensíveis a diferentes aspectos do ato de comunicação, assim como elementos diferentes reagem de maneira desigual às diferentes características (sociais) do falante” (1996: 47). Portanto, voltamos à noção de estilo/registo, tal como definida por Halliday: uma variável dependente do uso ou, mais particularmente, do contexto.

São diversas as tentativas de definir os fatores contextuais relevantes para definir um ato de fala, que constituiriam os reguladores do estilo/registo correspondente⁶. Assim, tem-se assinalado que o estilo/registo depende:

- (1) dos falantes que intervêm na situação comunicativa e de sua mútua relação (grau de familiaridade);
- (2) do cenário da interação (formalidade da ocasião);
- (3) do assunto (funções ou propósito do ato de comunicação).

O próprio Halliday preferiu definir o contexto em função de três tipos principais de fatores situacionais que determinam os tipos de seleção de elementos linguísticos:

- (a) campo: cenário institucional (tema/atividade em marcha, âmbito...);

⁶ Um esquema pormenorizado dos “componentes da situação de comunicação” é oferecido por Brown/Fraser 1979: 35. Veja-se também Giles/Coupland 1991, 1-31.

(b) teor: relações entre os participantes (familiaridade, *status*, hierarquia, emoção...);

(c) modo: canal de comunicação (fala/escrita, telefone...).

Outra dimensão da variação estilística, muito importante nos processos de modernização da língua, é a relacionada com a criação de registros especializados ou tecnoletos (também denominados *linguagens ou variedades de especialidade*), associada à ampliação dos âmbitos de atividade em que essa língua é empregada (Ure 1982). Os registros especializados podem se classificar em dois parâmetros: tipo (relacionado com o tema) e grau de especialização.

Em referência à variação contextual, também se utilizam outros termos, tais como “gênero” e “tipo de texto” (cf., por exemplo, Lamuela/Monteagudo 1996: 281-283). Assim, segundo Ferguson, “registro” está associado a uma “situação comunicativa que ocorre regularmente na sociedade”, enquanto “gênero” se refere a um “tipo de mensagem que ocorre regularmente numa sociedade” (1994: 20-21). Por sua vez, Biber definiu o gênero como “categoria de textos que o falante maduro de uma língua distingue imediatamente, por exemplo, romance, artigo de jornal, editorial, trabalho acadêmico, conferência, programa de rádio, conversa ordinária” (1995: 8). Nessa mesma direção, Biber recolhe a definição de “gênero” como “instância convencional de organização textual”. Já os “tipos de texto”, ele os entende como categorias estabelecidas em termos estritamente lingüísticos, definidas de tal modo que os textos de cada tipo são maximamente semelhantes no tocante a suas características lingüísticas, enquanto cada um dos tipos é maximamente diferente aos outros no tocante às ditas características.

Os diferentes parâmetros de variação se interconectam e se solapam, pois o acesso ao comando de registros “elevados” dependerá em boa medida do nível de instrução, da riqueza relativa de experiências e da possibilidade de acesso a determinados recursos culturais, fatores obviamente mediados pelo *status* social (Berruto 1995: 142-46). Em todas as comunidades lingüísticas minimamente desenvolvidas, um discriminante sociolingüístico importante é constituído pelo grau de letramento,

pela competência na variedade padrão e pelo comando dos registros lingüísticos elevados que exigem a utilização da variedade padrão. Portanto, a visão (explícita ou implícita em muitos linguistas) da língua como um patrimônio comunitário partilhado equitativamente por todos os falantes é uma falácia. As competências lingüísticas, e mais ainda as comunicativas, estão desigualmente repartidas, como também as possibilidades de acesso a elas (Bourdieu 1982: 23-25). Por outra parte, as diferentes habilidades lingüístico-comunicativas se acham desigualmente valorizadas. Em todos os casos, a chave das desigualdades é social. Isso não nos deve levar a confundir a variação diafásica com a social: é fato que os membros dos grupos sociais acomodados, em virtude precisamente de seu *status*, desfrutam de um melhor acesso, mais ocasiões de uso e, portanto, maior domínio de uma série de variedades lingüísticas, ao contrário do que acontece com os grupos sociais subalternos; mas esse fato não transforma automaticamente essas variedades em “variedades sociais”.

A associação entre, de uma parte, a variedade padrão e os registros elevados de língua (assim como o letramento) e, de outra, os grupos sociais privilegiados, é sociocultural e contingente, não é intrínseca e necessária. Por isso mesmo, os grupos sociais desfavorecidos têm todos os argumentos para não se posicionarem contra a variedade padrão e os registros elevados; pelo contrário, o lógico é denunciar e combater a exclusão destes quanto à apropriação e uso de tais recursos lingüísticos. A rejeição do padrão e dos registros elevados em nome das conotações sociais que atualmente leva associado seu emprego resulta tão insensata quanto resultaria a rejeição da alfabetização do povo há cem ou cinquenta anos, fundamentada em argumentos do mesmo tipo.

7. VARIAÇÃO DIASTRÁTICA. LÍNGUA, DISCURSO E ATOS DE IDENTIDADE

Para categorizar as variantes e, a partir daí, estabelecer as variedades sociolingüísticas, é preciso primeiro dispor de uma definição

(b) teor: relações entre os participantes (familiaridade, *status*, hierarquia, emoção...);

(c) modo: canal de comunicação (fala/escrita, telefone...).

Outra dimensão da variação estilística, muito importante nos processos de modernização da língua, é a relacionada com a criação de registros especializados ou tecnoletos (também denominados *linguagens ou variedades de especialidade*), associada à ampliação dos âmbitos de atividade em que essa língua é empregada (Ure 1982). Os registros especializados podem se classificar em dois parâmetros: tipo (relacionado com o tema) e grau de especialização.

Em referência à variação contextual, também se utilizam outros termos, tais como “gênero” e “tipo de texto” (cf., por exemplo, Lamuela/Monteagudo 1996: 281-283). Assim, segundo Ferguson, “registro” está associada a uma “situação comunicativa que ocorre regularmente na sociedade”, enquanto “gênero” se refere a um “tipo de mensagem que ocorre regularmente numa sociedade” (1994: 20-21). Por sua vez, Biber definiu o gênero como “categoria de textos que o falante maduro de uma língua distingue imediatamente, por exemplo, romance, artigo de jornal, editorial, trabalho acadêmico, conferência, programa de rádio, conversa ordinária” (1995: 8). Nessa mesma direção, Biber recolhe a definição de “gênero” como “instância convencional de organização textual”. Já os “tipos de texto”, ele os entende como categorias estabelecidas em termos estritamente linguísticos, definidas de tal modo que os textos de cada tipo são maximamente semelhantes no tocante a suas características linguísticas, enquanto cada um dos tipos é maximamente diferente aos outros no tocante às ditas características.

Os diferentes parâmetros de variação se interconectam e se solapam, pois o acesso ao comando de registros “elevados” dependerá em boa medida do nível de instrução, da riqueza relativa de experiências e da possibilidade de acesso a determinados recursos culturais, fatores obviamente mediados pelo *status* social (Berruto 1995: 142-46). Em todas as comunidades linguísticas minimamente desenvolvidas, um discriminante sociolinguístico importante é constituído pelo grau de letramento,

pela competência na variedade padrão e pelo comando dos registros linguísticos elevados que exigem a utilização da variedade padrão. Portanto, a visão (explícita ou implícita em muitos linguistas) da língua como um patrimônio comunitário partilhado equitativamente por todos os falantes é uma falácia. As competências linguísticas, e mais ainda as comunicativas, estão desigualmente repartidas, como também as possibilidades de acesso a elas (Bourdieu 1982: 23-25). Por outra parte, as diferentes habilidades linguístico-comunicativas se acham desigualmente valorizadas. Em todos os casos, a chave das desigualdades é social. Isso não nos deve levar a confundir a variação diafásica com a social: é fato que os membros dos grupos sociais acomodados, em virtude precisamente de seu *status*, desfrutam de um melhor acesso, mais ocasiões de uso e, portanto, maior domínio de uma série de variedades linguísticas, ao contrário do que acontece com os grupos sociais subalternos; mas esse fato não transforma automaticamente essas variedades em “variedades sociais”.

A associação entre, de uma parte, a variedade padrão e os registros elevados de língua (assim como o letramento) e, de outra, os grupos sociais privilegiados, é sociocultural e contingente, não é intrínseca e necessária. Por isso mesmo, os grupos sociais desfavorecidos têm todos os argumentos para não se posicionarem contra a variedade padrão e os registros elevados; pelo contrário, o lógico é denunciar e combater a exclusão destes quanto à apropriação e uso de tais recursos linguísticos. A rejeição do padrão e dos registros elevados em nome das conotações sociais que atualmente leva associado seu emprego resulta tão insensata quanto resultaria a rejeição da alfabetização do povo há cem ou cinquenta anos, fundamentada em argumentos do mesmo tipo.

7. VARIAÇÃO DIASTRÁTICA. LÍNGUA, DISCURSO E ATOS DE IDENTIDADE

Para categorizar as variantes e, a partir daí, estabelecer as variedades sociolinguísticas, é preciso primeiro dispor de uma definição

minimamente operacional das variáveis extralinguísticas relevantes. Assim, as variáveis de gênero/sexo e idade são relativamente fáceis de definir, pois permitem delimitar com um grau satisfatório de clareza grupos bem identificados, também do ponto de vista sociolinguístico, mesmo que frequentemente mais por traços paralinguísticos (qualidade e timbre da voz, entonação, sotaque) e discursivos (pautas de comunicação) do que propriamente linguísticos⁷. Algo similar, mesmo que de modo já não tão claro, podemos dizer da variável “hábitat”: o meio ambiente e as características linguístico-comunicativas dos núcleos urbanos maiores são claramente diferentes (começando por sua maior complexidade) dos povoados rurais, e ambos mais ou menos distinguíveis dos das cidades médias e pequenas. A variação dialetal “estrita” (diatópica) costuma ser menos marcada nos primeiros, no entanto, a variação social/funcional costuma ser muito mais ampla nas cidades do que nos povoados e vilarejos.

Contudo, no caso da estratificação social, verifica-se uma carência de tal definição, o que se torna uma fonte de dificuldades. Para operar com essa noção é imprescindível fazer uma ideia clara da estrutura de cada sociedade. O problema é que entre os sociólogos existe pouco acordo a respeito dessa questão fundamental (Berruto 1980 e 1995: 119-46). Por isso, paradoxalmente, a noção de “socioleto” está longe de ocupar um lugar central na teoria sociolinguística. Os fatores a que se costuma outorgar maior peso na definição do *status* social são a ocupação profissional, a renda, o nível educacional e a residência; adicionalmente, também se pode considerar a origem familiar e/ou a profissão dos progenitores, entre outros; como noção mais complexa e abrangente tem-se proposto a de “estilo de

⁷ No plano do conhecimento comum dos falantes, um dos marcadores mais importantes do sociodialeto básico é o “sotaque”, um percepto difuso em que se funde um conjunto bastante heterogêneo de fenômenos sonoros: variáveis propriamente fonéticas e traços prosódicos como a entonação, juntamente com traços paralinguísticos como a velocidade de dicção ou a qualidade da voz. É de salientar que um aspecto como este, relativamente periférico do ponto de vista da estrutura linguística, costuma ter especial relevância na percepção dos falantes, que retiram dele uma “informação” muito significativa sobre a identidade social do locutor.

vida” (Berruto 1995: 127)⁸. No entanto, os estudos disponíveis oferecem relativamente pouca base para a noção do *status* como fenômeno unitário.

As sociedades contemporâneas apresentam uma estrutura muito complexa e matizada, em razão da mobilidade social. Analogamente ao que ocorre com as variedades linguísticas, é praticamente impossível efetuar uma divisão nítida de uma sociedade num pequeno número de classes bem definidas, pois os grupos de *status* formam um *continuum* gradual, em que, além disso, se sobrepõem os diversos critérios que antes indicamos. Portanto, podemos perguntar: existe uma única hierarquia ou mesmo uma hierarquia “fundamental” para cada sociedade? Ou a estratificação social é um termo vago que abrange um leque de diversas estruturas hierárquicas frouxamente inter-relacionadas?

As observações relativas à definição das variedades linguísticas (e das línguas) se aplicam aqui: os atores sociais reconhecem grupos sociais estratificados e hierarquizados (provavelmente, em boa parte, consequência de estereotipações), e, ainda, é possível enxergá-los com critérios objetivos. É certo que uns e outros agrupamentos (os socialmente percebidos e os cientificamente estabelecidos) não coincidem completamente; também é certo que não existem fronteiras rígidas, mas isso não transforma tais classificações em arbitrárias. Elas, pelo contrário, são de grande utilidade tanto para guiar o comportamento dos agentes como para explicar a estrutura e dinâmica sociolinguística das comunidades. Ademais, a variação linguística é uma variável que os próprios atores utilizam frequentemente, combinada com outras, na hora de estabelecer as categorias sociais.

Todos os falantes têm consciência em graus diversos do fenômeno da variação linguística e são capazes de identificar seu valor social. De fato, alguns pesquisadores sustentam que existe um julgamento consensual

⁸ Alguns sociólogos distinguem entre o *status* “de partida” (definição religiosa ou étnica, de casta, sexo ou família) e o “de chegada”: educação, renda, ocupação (Labov 1983: 352-353). Também é de grande importância para o comportamento linguístico o que podemos denominar *status* “de aspiração”, que aponta para o grupo com que o falante *deseja* ser identificado.

sobre os usos linguísticos, tanto os valorizados quanto os desvalorizados (Jollin-Bertocchi 2003: 30). Para isso mesmo aponta Labov:

As atitudes sociais ante a língua são extremamente uniformes no interior de uma comunidade linguística... o correlato da estratificação regular de uma variável sociolinguística no plano do comportamento é o acordo uniforme no plano das reações subjetivas a respeito de tal variável (1983: 312).

Entretanto, na linha apontada por Milroy/Milroy (1985 e 1997: 52-53), o suposto caráter consensual desses juízos foi fundamentalmente contestado por outros sociolinguistas, que salientam as tensões e conflitos que atravessam as comunidades linguísticas.

De todo modo, muitas das dificuldades para elaborar uma teoria sociolinguística sólida derivam do fato de que os sociólogos costumam ver a língua como um pressuposto e não a consideram um objeto problemático e tampouco oferecem uma teoria sociológica em que se possa basear uma teoria do uso linguístico (Coulmas 1996: 5). Alguns autores procuraram uma saída para tal dificuldade mediante o recurso a uma sociolinguística "interpretativa":

Um trabalho que começa pela observação do desempenho linguístico e o interpreta em termos de significado social; em lugar de começar pela estrutura social e procurar seus correlatos linguísticos (LePage 1996: 31).

A isso poderíamos opor, na linha de Halliday (1978: 34-35), que há uma diferença entre o "social" e o "sociológico": se descrevemos um contexto de situação em termos de observações *ad hoc* acerca dos cenários em que se usa a língua, isto pode ser qualificado como uma contribuição "social" à língua, mas dificilmente como uma contribuição "sociológica"; para o segundo seria preciso uma teoria da estrutura e da mudança sociais.

Devemos nos conformar com uma contribuição "social" (fundada nas percepções dos próprios locutores), e renunciar, pelo menos por enquanto, à contribuição sociológica? Eis o dilema entre a sociolinguística correlacional e a interacionista, a que já nos referimos no começo deste capítulo.

A proposta de Hudson (1996: 187), na linha da variação linguística, pode permitir avançar um pouco no caminho da identificação dos grupos sociais:

A noção de grupos sociais discretos é menos iluminadora que a visão da sociedade organizada ao redor de uma série de diferentes pontos focais, cada um dos quais define uma norma separada de conduta (incluindo o desempenho linguístico-comunicativo) e atrai, em graus variáveis, a lealdade de certos membros da sociedade.

A partir daí, Hudson se baseia na teoria de LePage e Tabouret-Keller sobre os "atos de identidade" (1985: 180-86), segundo a qual tanto os grupos sociais quanto as propriedades linguísticas que a eles se atribuem são perceptos de cada indivíduo em boa parte idiossincráticos, mesmo que restritos por realidades objetivas. Os grupos se formam mediante atos de projeção e focalização, não necessariamente conscientes ou racionais. Nesse sentido, os grupos sociais relevantes são os que o indivíduo percebe como tais. Cada indivíduo cria os sistemas de seu comportamento linguístico procurando convergir ou se aproximar ao do grupo ou grupos com que ele, dependendo da ocasião, deseja ser identificado, na medida em que:

- (a) pode identificar os grupos;
- (b) tem a oportunidade e a capacidade de observar e analisar os sistemas de conduta deles;
- (c) possui uma motivação bastante forte que o impulsiona a escolher e a adaptar seu comportamento em consequência dela;
- (d) tem suficiente capacidade para adaptar seu comportamento no sentido desejado.

Ao que acrescentaríamos outra condição:

- (e) dispõe de ocasiões para pôr em prática tal capacidade.

Segundo LePage, todos somos "camaleões linguísticos", modulamos nosso discurso dependendo da identidade que queremos projetar em cada ocasião particular.

Contudo, na linha das observações de Berruto sobre as línguas e as variedades linguísticas, seguimos afirmando que não se pode prescindir das noções de “grupo” e de “classe social”, sob risco de atomizar indefinidamente a realidade sociolinguística e bloquear qualquer possibilidade de análise teórica e em grande escala.

8. SOCIOESTILO, PADRÃO E NÍVEL

Na hora de tratar dos “níveis de língua”, a maioria dos estudiosos opera não com variáveis estritamente sociais, mas com um híbrido de variáveis sociais e funcionais, de maneira que, geralmente, os socioletos superiores aparecem representados por um registro elevado e os socioletos médios por registros médios, enquanto os socioletos inferiores se veem identificados com os registros baixos. É como se a cada socioleto correspondesse um estilo “cardinal”, que seria o mais representativo dele. O certo é que tal associação (quase sempre implícita, mesmo inconsciente, e que provavelmente responde a um processo de estereotipação social) apresenta uma imagem distorcida da realidade, pois o lógico seria comparar os três socioletos num mesmo estilo (por exemplo, o coloquial). Também é verdade que em termos tanto de representação social quanto de análise acadêmica, uma associação dissimétrica como a anterior apresenta a vantagem de produzir protótipos de variedades claramente diferentes entre si, sublinhando as diferenças e reforçando os contrastes entre elas.

E tem mais: quando se trata de níveis de língua, costuma-se operar com entidades ainda mais complexas, definidas não só nas dimensões social e funcional, mas também em termos de conformidade/desvio em relação ao padrão, segundo um critério muito corrente entre os estudiosos que trabalham sobre idiomas normalizados (o que, no aspecto propriamente linguístico, significa, precisamente, idiomas plenamente padronizados). Por exemplo, Jollin-Bertocchi (2003: 37-41), que oferece um tratamento paradigmático desta questão num idioma arquetípico, o francês, sustenta que o termo “nível de língua” expressa a organização ideológica

da língua em usos “baixos” e “elevados”, e essa noção se aplica “muito exatamente” às variações segundo a classe social. Por conseguinte, distingue três níveis, um intermediário, normativo ou neutro; outro supernormativo (o francês cultivado) e outro subnormativo (o francês popular). Então, não se está falando ali dos principais “socioestilos”, mas sim de uma noção ainda mais ampla.

Por conseguinte, a noção de “níveis de língua” remete a um esquema simplificado da arquitetura global do sistema, uma espécie de síntese em que se combinam sincreticamente duas dimensões diferentes, a funcional e a social, e duas perspectivas, a descritiva e a prescritiva. Quanto a isso, aparentemente, quando falamos de padrão não estamos nos referindo à estratificação social da língua, mas a uma perspectiva diferente sobre a variação linguística, relativa à codificação e à prescrição. O que acontece na realidade é que o código normativo costuma descansar na regulação de um socioleto de prestígio, mais precisamente do estilo “cardinal” (médio alto) desse socioleto — ou, melhor ainda, de uma versão idealizada dessa variedade.

Isto é, a base do código normativo padrão é uma variedade linguística associada a usos e usuários privilegiados que, além disso, costuma ser adotada por este grupo de *status* como emblema distintivo de sua posição hegemônica. Por outro lado, pode acontecer que o domínio desse código esteja franqueado exclusivamente (ou quase) a esse mesmo grupo, e o acesso a ele se encontre vedado mais ou menos severamente aos outros grupos sociais. Nessas circunstâncias, o termo “padrão” quase inevitavelmente carrega uma forte conotação social, ou remete diretamente a um socioleto. Os casos do francês e do inglês correspondem historicamente a essas três condições, mesmo que em tempos recentes o padrão tenha se democratizado e que o acesso a ele, através do sistema educativo, se ache ao alcance de todos os grupos sociais.

Entre as variedades socioestilísticas, as melhores candidatas a se tornarem a base do padrão são duas: o registro “esmerado” do socioleto superior e o registro “impessoal” do socioleto médio. Para alguns autores, a

chave estaria na segunda variedade: "A média de todos aqueles níveis, a que convém propor como norma do uso falado para todos" (López del Castillo 1984: 28; algo similar se acha implícito na proposta de Jollin-Bertocchi).

Mesmo que o padrão, por uma razão ou por outras, se encontre relacionado com um nível sociofuncional médio alto, pela própria lógica das dinâmicas sociolinguísticas, contudo, em condições normais, ele mais cedo ou mais tarde acaba se difundindo nos grupos sociais inferiores e se ampliando num leque mais dilatado de estilos. Por outra parte, acaba por gerar uma escala completa de variedades socioestilísticas lavradas com um menor ou maior grau de fidelidade no formato do padrão normativo. Tal conjunto de variedades é central e neutro (no sentido de que não se acha marcado do ponto de vista da variação diatópica) e constitui a coluna vertebral da língua. Neste último sentido, o "padrão" é uma variedade muito especial, pois tem caráter "supradialetal", ou melhor, "transletal": constitui aquilo que podemos denominar *axioleto*.

9. NORMA OBJETIVA E NORMA PRESCRITIVA

Dizíamos ao início deste trabalho que a sociolinguística acabou por confirmar e explorar a heterogeneidade constitutiva dos sistemas linguísticos. Assinalemos agora que ela não se limitou a isso. Um dos objetos de estudo a que prestou mais atenção foi a problemática da norma linguística e das atividades associadas de codificação e prescrição, assuntos pelos quais a linguística científica contemporânea se havia desinteressado⁹.

O conceito de norma, apesar de sua aparente obviedade, não está livre de confusões. Para simplificar, no que nos interessa aqui, começaremos por distinguir dois tipos de *norma*: a objetiva e a prescritiva. A distinção se tornará mais fácil se repararmos em dois adjetivos derivados: *normal*, quer dizer, corrente ou rotineiro, um adjetivo descritivo que pode se traduzir em

⁹ Para uma crítica desta posição, Trudgill (1984: 186-225); Milroy/Milroy (1985: 1-28); Daneš (1987); e Coulmas (1989).

termos de frequência estatística; frente a *normativo*, quer dizer, conforme uma regra ou um modelo, isto é, prescrito. Em princípio, uma variante *normal* numa variedade linguística é simplesmente a mais frequente nos textos produzidos nessa determinada variedade. Por outra parte, uma variante *normativa* é de uso obrigatório em determinados tipos de variedades, conforme determinado código ou regulação. Portanto, no conceito de *norma*, temos que distinguir a norma objetiva da norma prescritiva. Vejamos:

- (a) Norma *objetiva* ou norma usual: todo (sub)sistema linguístico se define pela presença, frequência e pautas de distribuição, segundo certos parâmetros, de determinado conjunto de traços, por uma norma objetiva inerente e constitutiva, que tem caráter implícito e que se manifesta no uso. Nesse sentido, pois, a noção de norma remete às pautas observáveis na atividade linguística de dado grupo social ou numa situação comunicativa determinada. Por conseguinte, toda variedade linguística é definida por uma norma inerente, sua norma objetiva.
- (b) Norma *prescritiva*: esta noção implica a vigência de determinados códigos de comportamento, entendidos como conjuntos de regras imperativas, instruções e recomendações contidas num *corpus* metalinguístico (gramáticas, dicionários, livros didáticos e outros textos), portanto, explícitas. É uma noção que remete ao normativo, ao que se aconselha ou impõe como "correto" — e correlativamente, ao que se recomenda como "aconselhável", se tolera como "admissível", se exclui como "desaconselhável" ou se condena como "incorreto" — em nome de alguma doutrina e/ou autoridade. A norma prescritiva, tipicamente codificada em códigos autorizados, define a variedade padrão.

A vigência de uma norma prescritiva implica a existência de um dispositivo ideológico e de um aparato institucional, ambos socialmente reconhecidos e com autoridade para definir o que é correto (legítimo) e com capacidade para impor seu critério (Bartsch 1987: 133-149). A vigência das prescrições linguísticas se funda bem mais naquilo que, em termos

gramscianos, podemos denominar *hegemonia* (domínio consentido) do que na coerção (dominação imposta e mantida pela força). Isso significa que a vigência da norma linguística repousa num consenso na avaliação das variantes e variedades no seio da comunidade linguística, um consenso que, entre outras coisas, se manifesta em sanções e recompensas simbólicas, outorgadas espontaneamente pelos seus membros, e que tornam a (in)competência na variedade padronizada um fator chave de discriminação social. Para a imposição generalizada da norma linguística (especialmente na escrita) é fundamental o papel de instituições formativas, destacadamente o sistema educacional, com um aspecto coercitivo, expresso em prêmios e punições práticas (por exemplo, uma melhor/pior nota num exame por causa da ortografia).

Alguns autores propõem distinguir ainda outro tipo de norma, que denominam *norma subjetiva* ou *norma ideal*, fundada nas atitudes e no sistema de valores em que esta se sustenta e que guiam a avaliação subjetiva do desempenho linguístico dos falantes e a qualidade dos textos. É certo que a norma, “qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas [variantes]; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas” (Faraco 2002: 39). De fato, o que achamos é “um complexo entrecruzamento de elementos léxico-gramaticais e outros tantos de natureza ideológica” que no seu conjunto definem as normas (*ibidem*, 41; cf. também Castilho 2002). A norma subjetiva não se confunde com a norma prescritiva, mas pode se dizer que a segunda está fundada num determinado ideal de língua.

10. DO PRESCRITIVISMO PRECONCEITUOSO AO NORMATIVISMO RACIONAL

Com efeito, a prevalência da variedade normativa se baseou tradicionalmente numa ideologia prescritivista profundamente arraigada na cultura linguística europeia, com precedentes remotos já na Grécia e na

Roma clássicas, e com uma continuada elaboração desde o Renascimento. Segundo essa ideologia, a língua é concebida como uma entidade rigidamente hierarquizada, *coroada* pela variedade culta (conformada inicialmente pela escrita literária e pela fala da corte régia; posteriormente, segundo os gostos e os usos da alta burguesia urbana) e pelo código normativo emanado desta, que serviam de pauta para (des)valorizar as variedades vernáculas, consideradas como deturpações daquela. O prescritivismo tradicional acha-se associado à sobrevivência de estruturas sociais e esquemas de valores autoritários e discriminatórios e repousa num emaranhado de preconceitos que afinal convertem a variedade padrão num elemento chave da hegemonia e do controle em mãos de um grupo de prestígio e a tornam um pesado fator de exclusão sociocultural. A linguística científica, formalmente, distanciou-se dessa ideologia prescritivista, mas renunciou a realizar uma crítica profunda dela e, na prática, tendeu a reforçá-la, contribuindo para sua perpetuação.

Contudo, nas últimas décadas, vem surgindo um novo tipo de normativismo crítico e racional, que tem raízes na teoria da língua padrão do Círculo Linguístico de Praga, que não nega a necessidade de regulação das línguas, chegando a denunciar a negativa de certas teorias linguísticas “científicas” de tratar do problema (Daneš 1987; Monteagudo 1994). Essa nova visão demanda uma justificação inteiramente nova da prescrição linguística, tentando comprometer os linguistas no fomento de uma cultura linguística depurada de preconceitos e oposta à manutenção de relações de dominação social. Os linguistas não só não devem desprezar a colaboração nas tarefas e nos debates normativos, como têm que participar ativamente de ambos (nessa linha, além do já citado Daneš 1987, cf. Coulmas 1989 e Bagno 2003).

De fato, uma das tarefas mais relevantes da sociolinguística consistiu em fornecer ferramentas para a crítica do prescritivismo preconceituoso (Bagno 1999). Desta crítica derivou uma relativização da importância das variedades normativas e das ideologias (ideais de língua) que tradicionalmente as sustentam, obstinadas em marginalizar toda variável condenada

e em bloquear toda mudança, mantendo assim uma rígida separação entre as variedades cultas e as vernáculas. As línguas já não podem ser contempladas como entidades monolíticas — homogêneas, estagnadas, rigidamente hierarquizadas —, das quais as variedades cultas seriam as mais qualificadas representantes, enquanto as variantes e variedades vernáculas constituiriam “erros”, “desvios” ou “anomalias”. Se os usos (normas objetivas) variam, a norma (prescritiva) deve variar a seu compasso, evitando uma excessiva distância entre norma culta e usos comuns.

Além disso, tende-se a adotar uma visão mais abrangente, não voltada exclusivamente para a perspectiva parcial da variedade padrão, mas com pretensões pansistêmicas. Nessa perspectiva, a noção que corresponde à de correção é a de “adequação”, que nos permite falar de variantes apropriadas ou aptas, variantes aceitáveis e variantes inadequadas. As primeiras se podem definir como “uso não marcado em relação ao contexto de um dado enunciado”. Assim, não se reconhecerá uma norma única, mas várias normas específicas segundo o contexto, o meio social, o lugar, o indivíduo. Não se trata de uma simples mudança de nomenclatura, mas de legitimar os juízos de adequação associados à noção de norma objetiva de cada variedade: já não se trata, portanto, unicamente de dizer que num estilo formal é “inadequado” (em lugar de “incorreto”) empregar determinadas variantes vernáculas. Trata-se de admitir que, reciprocamente, num estilo informal é também “inadequado” empregar certas variantes padronizadas. Nesse sentido, podemos dizer que para cada variedade de língua existem variantes ótimas que são as *normais* (correntes ou habituais) do tal estilo, e também superótimas, isto, é “excessivamente corretas”. Pelo contrário, a visão tradicional se orientava quase exclusivamente para identificar e recusar as variantes subótimas (*vulgarismos*), excluídas como intrusas nas variedades elevadas.

Ora, a crítica contra o preconceito linguístico realizada pela sociolinguística não visa à derrogação dos padrões como entidades inúteis, opressivas e, portanto, ilegítimas, nem à denúncia das atividades de prescrição como globalmente nocivas ou irracionais. Ela se orienta, bem mais,

para a reforma dos padrões e a relativização da sua importância, para a reformulação dos fundamentos, métodos e objetivos das atividades de prescrição e para a elucidação e crivo das atitudes discriminatórias associadas ao velho prescritivismo. Daí surge um normativismo crítico e informado, esclarecido quanto a seus objetivos e métodos de trabalho, respeitoso com a diversidade linguística, as identidades e as atitudes que se associam com esta, promotor da flexibilidade e da integração, e cuidadoso não só em não assumir, mas em combater os preconceitos, na busca de um tratamento equitativo e racional dos problemas.

Nesse normativismo ilustrado, destaca-se a importância e utilidade da norma-padrão como elemento de autorregulação do sistema, como força centrípeta no interior do vasto universo centrífugo de toda língua humana, especialmente para a prática da escrita (Bartsch 1987: 141-49 e 227-293; Bartsch 2003). A função básica de uma variedade padrão é estimular, pelo menos na escrita, uma relativa coesão num espaço socio-cultural amplo e diversificado e garantir uma base de comunicação entre as diferentes variedades (históricas, geográficas, sociais e funcionais). O emprego desse padrão surge de um equilíbrio dinâmico consentido entre a liberdade/criatividade de cada falante e a necessidade de se comunicar e se integrar socialmente. A vigência do padrão impõe certa estabilização da língua, visando controlar os efeitos virtualmente desestabilizadores da variação e desacelerar ou amortecer o impacto potencialmente desestabilizador das mudanças.

Os teóricos de Praga assinalavam como características ideais da variedade padrão a polivalência, o equilíbrio dinâmico e a estabilidade flexível. nas palavras de Bartsch:

No tocante à preocupação pela correção, esta é uma atitude necessária, carregada de valor positivo e coerente com um traço característico e comum do estilo de vida dos humanos: o desejo de controlar suas ações e produtos e de procurar os meios necessários para garantir que os instrumentos linguísticos de comunicação e interação sejam amplamente reconhecíveis e interpretáveis (2003: 30).

Definitivamente, o que aqui defendemos é um prescritivismo funcional e ilustrado, que caracterizamos por três traços: relativismo, gradação e elasticidade. Um prescritivismo *relativista*, que proclama a importância pragmática e simbólica da diversidade linguística, reconhece o valor de cada uma das variedades da língua e assume a convencionalidade dos padrões. Um prescritivismo *graduado*, que sustenta que as prescrições têm mais força e validade para certos estilos de comunicação que para outros, e inclusive que carecem de justificação para alguns, ao mesmo tempo em que defende que as exigências de conformidade à língua normativa não devem ser as mesmas para todos os falantes em todas as situações. Um prescritivismo *elástico*, que postula que as normas linguísticas devem se oferecer como orientações para o comportamento linguístico e não se impor como ditames imperativos para o comum dos falantes (coisa diferente são os falantes modelos, como os professores, locutores profissionais, atores e personagens públicos, com obrigações específicas). Resumindo, um prescritivismo atento ao uso comum, e preocupado com que os padrões linguísticos não se afastem desnecessariamente dele.

Com tais pressupostos, talvez estejamos mais bem equipados para responder aos desafios de uma melhora significativa, equitativamente compartilhada, das competências linguístico-comunicativas do conjunto dos e das falantes, e da imprescindível e urgente democratização dos complexos instrumentos de poder e de saber que são as línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, M. (1999). *Preconceito linguístico. O que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (org.) (2002). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2003). *A norma oculta. Língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo, Parábola Editorial.
- BARTSCH, R. (1987). *Norms of Language. Theoretical and Practical Aspects*. Londres-Nova York: Longman.
- _____. (2003). Estandarización e cultivo das linguas: Posibilidades, límites e xustificación. *Grial* 160, 30-41.
- BERRUTO, G. (1980). *La variabilità sociale della lingua*. Turim: Loescher.

- _____. (1995). *Fondamenti di sociolinguistica*. Roma-Bari: Laterza.
- _____. (2004). *Prima lezione di sociolinguistica*. Roma-Bari: Laterza.
- BIBER, D. (1988). *Variation Across Speech and Writing*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1995). *Dimensions of Register Variation. A Cross-Linguistic Comparison*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOURDIEU, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- BROWN, P. & FRASER, C. (1979). Speech as a Marker of Situation, in: SCHERER, K. R. & GILES, H. (orgs.). *Social Markers in Speech*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 33-108.
- CASTILHO, A. Teixeira de (2002). Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa, in: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, p. 27-36.
- COBERIU, E. (1981a). La lengua funcional, in: _____. *Lecciones de lingüística general*. Madrid: Gredos: 287-315.
- _____. (1981b). Los conceptos de "dialecto", "nivel" y "estilo de lengua" y el sentido propio de la dialectología. *Linguística Española Actual*. 3: 1-32.
- COULMAS, F. (1989). Democracy and the Crisis of Normative Linguistics, in: _____. (org.). *Language Adaptation*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 177-193.
- _____. (1996). Introduction, in: _____. (org.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell Publishers, p. 1-11.
- DANEŠ, F. (1987). Values and Attitudes in Language Standardization, in: CHLOUPEK, J., NEKVAPIL, J. et alii. *Reader in Czech Sociolinguistics*. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamin, p. 206-245.
- DUBERT, F. (2002). Os sociolectos galegos. *Cadernos de lingua*. 24: 5-27.
- FARACO, C. A. (2002). Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós, in: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, p. 37-61.
- FERGUSON, Ch. A. (1994). Dialect, Register, and Genre: Working Assumptions about Conventionalization, in: BIBER, D. & FINEGAN, E. (orgs.). *Sociolinguistic Perspectives on Register*. Nova York-Oxford: Oxford University Press, p. 15-30.
- GILES, H. & COUPLAND, N. (1991). *Language: Contexts and Consequences*. Buckingham: Open University Press.
- HALLIDAY, M. A. K. (1978). *Language as Social Semiotic. The Social Interpretation of Language and Meaning*. Londres: Edward Arnold Publishers.
- _____. (1990). *Spoken and Written Language*. Oxford: Oxford University Press.
- HUDSON, R. A. (1996² [1980]). *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JOLLIN-BERTOCCHI, S. (2003). *Les niveaux de langage*. Paris: Hachette.
- LABOV, W. (1983). *Modelos sociolingüísticos*. Madrid: Cátedra.

- LABOV, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- LAMUELA, X. & MONTEAGUDO, H. (1996). Planificación lingüística, in: FERNÁNDEZ PÉREZ, M. (org.). *Avances en lingüística aplicada*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, p. 229-301.
- LECKIE-TARRY, H. (1995). *Language & Context. A Functional Linguistic Theory of Register*. Londres-Nova York: Pinter.
- LEPAGE, R. & TABOURET-KELLER, A. (1985). *Acts of Identity. Creole-based Approaches to Language and Ethnicity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEPAGE, R. (1989). What is a Language? *York Papers in Linguistics* 13: 9-24.
- _____. (1996). The Evolution of a Sociolinguistic Theory of Language in: COULMAS, F. (org.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell Publishers, p. 15-32.
- LÓPEZ DEL CASTILLO, Ll. (1984 [1976]). *Llengua padrão i nivells de llenguatge*. Barcelona: Laia.
- LUCCHESI, D. (2002). Norma linguística e realidade social, in: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, p. 63-92.
- MILROY, J. & MILROY, L. (1985). *Authority in Language. Investigating Language Prescription and Standardisation*. Londres-Nova York: Routledge and Kegan Paul.
- _____. (1997). Varieties and Variation. In: COULMAS, F. (org.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, p. 47-64.
- MONTEAGUDO, H. (1994). Aspectos da teoria da língua estándar do Círculo Lingüístico de Praga e os seus continuadores. *Grial* 122: 141-155.
- _____. (1997). Modelos de língua. Considerações teóricas ó ffo do debate sobre a estandarización do galego. *Cadernos de lingua* 16: 5-33.
- _____. (2004). Do uso á norma, da norma ao uso (variação sociolingüística e estandarización no idioma galego, in: ÁLVAREZ, R. & MONTEAGUDO, H. (orgs.). *Norma lingüística e variación*. Santiago de Compostela, Instituto da Lingua Galega-Consello da Cultura Galega, p. 377-436.
- SCHIFFMAN, H. (1996). *Linguistic Culture and Language Policy*. Londres-Nova York: Routledge.
- TRUDGILL, P. (1982 [1974]). *SOCIOLINGUISTICS. AN INTRODUCTION TO LANGUAGE AND SOCIETY*. Londres: Penguin.
- _____. (1983). *On Dialect. Social and Geographical Perspectives*. Nova York-Londres: New York University Press.
- URE, J. (1982). Introduction: Approaches to the Study of Register Range. *International Journal of the Sociology of Language*. 35: 1-23.

IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E AS CONSEQUÊNCIAS DA PADRONIZAÇÃO¹ ■ ■ ■ ■

JAMES MILROY*

University of Michigan

Trad.: Marcos Bagno

1. INTRODUÇÃO

ESTE CAPÍTULO trata da *ideologia da língua padrão*. Os falantes de certas línguas, incluindo algumas muito usadas como inglês, francês e espanhol, acreditam que tais línguas existem em formas padronizadas, e esse tipo de crença afeta o modo como os falantes pensam sua própria língua e a “língua” em geral. Podemos dizer que os falantes dessas línguas vivem em *culturas de língua padrão*. Na seção 2, abaixo, tentarei especificar as principais características das crenças dos falantes sobre língua em tais culturas, chamando

¹ Este artigo é uma versão consideravelmente revisada de uma palestra feita na Chicago Linguistic Society em 28 de abril de 2000 e publicada em seus anais. Agradeço aqui os comentários dos participantes do evento e, especialmente, os proveitosos comentários de Allan Bell, Nikolas Coupland e de dois pareceristas anônimos sobre a primeira versão. Sou, é claro, o único responsável pelas opiniões aqui expressas.

* Publicação original: James Milroy (2001). Language Ideologies and the Consequences of Standardization. *Journal of Sociolinguistics* 5/4: 530-555. Oxford: Blackwell; publicado com permissão do autor.